

## **CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO PARA O ESTUDO DA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA MODERNA.**

Ricardo Lara. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Eixo Temático: 17. Economia Política e políticas econômicas. Desigualdade, Pobreza e Redistribuição da renda.

**Resumo:** A proposta de trabalho insere-se na continuação e no aprofundamento de investigações sobre a formação socioeconômica do Brasil e da América Latina. O estudo compõe o projeto “Repositório de práticas interculturais: proposições para as pedagogias decoloniais (PRINT/UFSC/Brasil)”, que apresenta como eixo de suas pesquisas a construção de saberes e práticas interculturais que tratam dos efeitos da colonialidade e possíveis saídas emancipadoras, visando a elaboração de um repositório multilíngue. Para isso, compreende-se oportuno abordar por meio da investigação científica as relações de dominação entre os povos, as nações e os indivíduos, bem como as subalternidades produzidas culturalmente pela própria produção de conhecimentos ao estudar a história socioeconômica da América a partir do século XVI. A comunicação científica tem como objetivo específico analisar as categorias teóricas acumulação primitiva de capital, colonialismo e escravidão por meio de análises de autores latino-americanos. Os autores elencados para investigação são: José Carlos Mariátegui, Sérgio Bagú, Fernando Novais, Eric Willians, Agustin Cueva, Jacob Gorender, Darcy Ribeiro e Clóvis Moura. A análise da particularidade dos países da América Latina requer o deciframento dos componentes gerais e específicos das formações históricas e, para isso, demanda-se a retomada da reflexão sobre a acumulação primitiva do ponto de vista do pensamento do sul global. Nesta direção, tem-se a intenção de divulgar a abordagem sobre a formação socioeconômica da América Latina, recuperando autores insuficientemente estudados, com vistas a evidenciar a relevância da tradição do pensamento latino-americano. Além disso, pretende-se contribuir para o adensamento do debate sobre os processos históricos das nações do continente, considerando suas particularidades em relação aos padrões culturais ocidentais, bem como dos sistemas de poder/dominação que resultaram na hegemonia desses padrões em face do pensamento latino-americano. A abordagem é de cunho teórico-bibliográfico e documental, numa perspectiva que considera a relação intrínseca entre o exame teórico, documental e a formação histórica.

**Palavras-Chaves:** América Latina; Formação socioeconômica; Pensamento latino-americano.

## **CONTRIBUTION OF LATIN AMERICAN THOUGHT TO THE STUDY OF MODERN SOCIOECONOMIC FORMATION.**

**Abstract:** The work proposal is part of the continuation and deepening of investigations into the socioeconomic formation of Brazil and Latin America. The study forms part of the project “Repository of intercultural practices: propositions for decolonial pedagogies (PRINT/UFSC/Brazil)”, which presents as an axis of its research the construction of intercultural knowledge and practices that deal with the effects of coloniality and possible emancipatory solutions, aiming to create a multilingual repository. To this end, it is considered opportune to approach, through scientific investigation, the relations of domination between peoples, nations and individuals, as well as the subalternities culturally produced by the

production of knowledge itself when studying the socioeconomic history of America from the 16th century onwards. . Scientific communication has the specific objective of analyzing the theoretical categories primitive accumulation of capital, colonialism and slavery through analyzes by Latin American authors. The authors listed for investigation are: José Carlos Mariátegui, Sérgio Bagú, Fernando Novais, Eric Williams, Agustin Cueva, Jacob Gorender, Darcy Ribeiro and Clóvis Moura. The analysis of the particularity of Latin American countries requires the deciphering of the general and specific components of historical formations and, to this end, it requires a resumption of reflection on primitive accumulation from the point of view of thought from the global south. In this direction, the intention is to disseminate the approach to the socioeconomic formation of Latin America, recovering insufficiently studied authors, with a view to highlighting the relevance of the tradition of Latin American thought. Furthermore, it is intended to contribute to the intensification of the debate on the historical processes of the continent's nations, considering their particularities in relation to Western cultural standards, as well as the systems of power/domination that resulted in the hegemony of these standards in the face of Latin thought. -American. The approach is of a theoretical-bibliographic and documentary nature, from a perspective that considers the intrinsic relationship between theoretical, documentary examination and historical formation.

**Keywords:** Latin America; Socioeconomic background; Latin American thought.

## **Introdução**

Atualmente ganha relevância nas Ciências Sociais a elaboração de conhecimentos sobre as práticas interculturais que abordam a “colonialidade”, observa-se a emergência substancial do pensamento decolonial como uma possível saída epistemológica para a tragédia material e espiritual dos povos subjugados das Américas. Em razão disso, e numa proposta de contribuição ao debate e as investigações em curso, compreendemos que se torna oportuno abordar o pensamento crítico latino-americano e como os autores - *José Carlos Mariátegui, Sergio Bagú, Eric Williams, Augustin Cueva, Fernando Novaes, Jacob Gorender, Clóvis Moura e Darcy Ribeiro* – compreenderam as relações de dominação entre os povos e as nações, bem como foram construídas as subalternidades culturais pela própria produção de conhecimentos nos estudos da história socioeconômica da América e da Europa a partir do século XVI.

A análise proposta neste artigo possui relevância para o ensino e a pesquisa na área do Serviço Social e das Ciências Sociais, especialmente às investigações que se ocupam de temas relacionados a modernidade capitalista e procuram uma perspectiva epistêmica global e integradora. Quando investigamos a formação socioeconômica da modernidade, notamos como as tendências gerais do modo de produção capitalista estão presentes, mas também é oportuno destacar como essas relações sociais são produzidas em graus e situações históricas particulares. A análise da particularidade dos países das Américas requer o deciframento dos componentes gerais e específicos das formações históricas e, por conseguinte, temos como exigência a retomada da reflexão sobre a acumulação primitiva de capital mediada pela posição geopolítica

da América Latina. Nesta direção, tonar-se necessário retomar e divulgar a abordagem de autores latino-americanos insuficientemente estudados, com vistas a evidenciar a relevância da tradição do pensamento original latino-americano, nem sempre incorporada no espectro dos estudos sobre a realidade do continente e da modernidade socioeconômica. Além disso, pretende-se contribuir para o adensamento do debate sobre os processos históricos das nações do continente considerando suas particularidades em relação aos padrões culturais ocidentais, bem como dos sistemas de poder/dominação que resultaram na hegemonia desses padrões em face do pensamento latino-americano. Nesse sentido, reiteramos, aqui, o objetivo central deste artigo: apresentar reflexões sobre a formação socioeconômica moderna e estabelecer mediações com autores filiados ao pensamento crítico latino-americano.

A revisão e reconstrução das “narrativas” da *história global* possibilitam romper com as subalternidades epistêmicas, econômicas e culturais. Portanto, o escopo é oferecer contribuições introdutórias para revisar os estudos da formação socioeconômica<sup>1</sup>.

### **Modernidade e crítica da economia política**

A modernidade<sup>2</sup> socioeconômica foi o processo formativo de unificação dos povos proporcionado pela expansão mercantil europeia e suas consequentes transformações econômicas, políticas e culturais produzidas ao longo dos séculos XVI e XIX. A economia política<sup>3</sup>, como ciência, surgiu e se desenvolveu simultaneamente ao nascimento e

---

<sup>1</sup> A formação socioeconômica pode abranger vários modos de produção articulados sob a predominância de um deles, incluindo ainda em seu conceito as instâncias ideológicas e institucionais. A formação socioeconômica é a estrutura econômica-social de uma sociedade, em que um modo de produção dominante pode coexistir com formas precedentes, ou mesmo com formas que prenunciam elementos de transição e futura organização social. A categoria de formação social seria dispensável se a concepção da sociedade se prendesse unicamente ao modo de produção. “No estudo das formações sociais e dos modos de produção, a economia política se une à sociologia e à ciência da história. Sob o prisma categorial das formações sociais, as ciências humanas superam as especializações e readquirem a unidade cognoscitiva que exige seu objeto comum: as relações de produção e reprodução social. Na categoria de formação social se conjugam sistema e história”. (GORENDER, 2016; LUKACS, 2013).

<sup>2</sup> “A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe [...] A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 5-6).

<sup>3</sup> Consideramos, sinteticamente, as principais escolas da economia política e propomos a seguinte classificação: *Mercantilismo* - Martín de Azpilicueta (1492-1586), Thomas Mun (1571 -1641), Jean Bodin (1530-1596), Antoine de Montchrétien (1576-1621), William Petty (1623-1687); *Fisiocracia* - François Quesnay (1694 - 1774), Anne Robert Jacques Turgot (1727 - 1781); *Economia política clássica inglesa* - Adam Smith (1723 - 1790), David Ricardo (1772 - 1823), Jean-Baptiste Say (1767 - 1832), James Mill (1773 - 1836), Thomas Robert Malthus (1776 - 1834), John Stuart Mill (1808 - 1873), David Hume (1711- 1776); *Crítica da economia política* - Karl Marx (1818 - 1883), Friedrich Engels (1820 - 1895) Vladimir Ilyitch Ulianov (1870 - 1924), Rosa Luxemburgo (1871 - 1919), Isaac Ilich Rubin (1886 - 1937), Ernest Mandel (1923 - 1995); *Crítica da economia política latino-americana* - José Carlos

desenvolvimento da expansão mercantil, em contexto histórico de transformação e crise da sociedade medieval europeia. As grandes navegações, a política ultramarina e a formação dos Estados nacionais atingiram um patamar que exigiu novas mudanças na visão de mundo da sociedade. A literatura mercantilista, por exemplo, expressou claramente as preocupações e as exigências do capital mercantil e da burguesia comercial em ascensão. (RUBIN, 2015, p. 242).

Marx e Engels (1998) acentuam o caráter transformador da modernidade e do processo de formação global do capitalismo:

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração. (MARX; ENGELS, 1998, p. 5-6).

Marx (2013), ao analisar a “assim chamada acumulação primitiva”, denunciou o processo brutal e violento desse período de formação do capitalismo<sup>4</sup>. Processos que ainda hoje fazem parte e marcam nas suas devidas proporções as formações socioeconômicas dos povos latino-americanos e africanos, em especial nos países que foram colônias e atualmente estão na condição de países de economia dependente e periférica.

Quando investigamos a formação socioeconômica da modernidade no Brasil e na América Latina, notamos como as tendências gerais do modo de produção capitalista indicadas por Marx em sua obra *O Capital* estão presentes, mas também é oportuno destacar como essas relações sociais são produzidas em graus e situações históricas particulares. Ao analisarmos a particularidade dos países da América coloca-se como desafio teórico o entendimento de nossa formação sócio-histórica e, para isso, temos como exigência primordial a retomada do debate sobre a *acumulação primitiva* do ponto de vista do pensamento do sul global.

A chamada *acumulação primitiva de capital*, em âmbito mundial, proporcionou as bases para constituição do modo de produção capitalista e suas diversas formações socioeconômicas. Porém, quando analisamos esse processo histórico tendo como marco

---

Mariátegui (1894 – 1930), Sergio Bagú (1911 – 2002), Eric Williams (1991 – 1981), Augustin Cueva (1937 – 1932), Fernando Novaes (1933), Jacob Gorender (1923-2013), Clóvis Moura (1925-2003), Darcy Ribeiro (1922 – 1997), Ruy Mauro Marini (1932 – 1997), Vânia Bambirra (1940 – 2015), Theotônio dos Santos (1936 – 2018), Florentan Fernandes (1920- 1995) e Octávio Ianni (1926 – 2004).

<sup>4</sup> “A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco.” (MARX, 2013, p. 821).

territorial a América Latina, salta no horizonte novas inquietações e é possível notar que o movimento propulsor das revoluções técnico-científicas na Europa, simultaneamente, promoveu a expropriação das riquezas na América Latina.

Eric Willians (2012), ao realizar estudo singular do papel da escravidão negra e do tráfico negreiro como fornecedores do capital que financiou a Revolução Industrial, destaca com precisão a importância da “descoberta” da América para o impulso necessário ao capitalismo europeu. Willians cita em sua obra uma interessante argumentação de Adam Smith em que o pensador escocês afirma serem a descoberta da América e a rota do cabo da Boa Esperança até as Índias “os dois acontecimentos de maior grandeza e importância registrada na história da humanidade”. (SMITH apud WILLIANS, 2012, p. 89). A importância da exploração do continente americano pelos europeus não estava somente nos metais preciosos aqui encontrados, mas no novo e inesgotável mercado que se abria aos produtos europeus e, por conseguinte, os efeitos de elevar o sistema mercantil a um grau de esplendor que jamais teria conquistado de outra maneira, com o enorme incremento do comércio mundial. (LARA; MARANHÃO, 2019).

No entanto, nas mesmas proporções em que se alavancavam as bases para a revolução industrial na Europa, em especial na Inglaterra, nas Américas se acentuavam as mais diversas maneiras de expropriação dos povos originários e saques das riquezas naturais. De acordo com Cueva (1983, p. 24):

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação também sem precedentes, no outro extremo.

Essa advertência de Cueva permite afirmar que a expropriação de recursos do continente latino-americano, ao mesmo tempo, alçou as condições objetivas para o desenvolvimento do modo de produção capitalista como sistema mundial<sup>5</sup>, como também oferece indicação de que a herança colonial é a raiz do capitalismo que por aqui se desenvolveu e produziu a formação socioeconômica moderna.

---

<sup>5</sup> O mundo interliga-se radicalmente após o século XVI pelo mercado mundial com a política mercantilista e comercial europeia, principalmente pelo terceiro complexo dinâmico e histórico analisado por Lukács (2013). O filósofo húngaro ao estudar a produção e reprodução da vida, considera três grandes complexos dinâmicos e históricos que se desenvolvem ininterruptamente no curso da evolução da humanidade. O primeiro é a diminuição da quantidade de trabalho necessário à reprodução física do homem; o segundo é o recuo das barreiras naturais pelo domínio do trabalho e a crescente socialização da sociedade (e da natureza); o terceiro, por sua vez, é a integração crescente entre as sociedades que se encontram em relação recíproca pelo mercado mundial. (LARA, 2017).

Os três séculos de expropriação e pilhagem das riquezas naturais, saques e extermínios dos povos locais marcaram a ferro e fogo o futuro das nações e suas formas de reprodução social. O escravismo no Brasil, por exemplo, deixou heranças profundas na constituição da sociedade brasileira que singulariza nossa formação social e cultural.

A *acumulação primitiva de capital*, na Europa, realizou o trabalho de expropriar e separar os trabalhadores de suas terras e meios de produção. Assim descreveu Marx (2013, p. 786):

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Esse processo que foi produzido durante séculos teve uma coexistência, na Europa os camponeses foram expulsos das terras e obrigados a migrarem para as cidades e tornaram-se trabalhadores assalariados, fontes inesgotáveis de produção de riqueza para a grande indústria. Enquanto que na América Latina, inicialmente, ocorreu a expropriação brutal dos territórios e extermínio dos povos originários e suas culturas, e, no segundo momento, foi o tráfico de forças de trabalho da África e seu sistemático processo de escravização. De acordo com Willians (2012, p. 33):

Quando se adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre; simplesmente não há escolha. As razões da escravidão, escreveu Gibbon Wakefield, “são condições não morais, e sim econômicas; dizem respeito não ao vício e à virtude, e sim à produção”. Com a população reduzida da Europa no século XVI, não haveria como prover a quantidade necessária de trabalhadores livres para uma produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo. Por isso foi necessário a escravidão; e, para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro as aborígenes e depois à África.

A América Latina teve um papel decisivo e bem definido ao constituir-se como uma economia colonial em grande escala, que complementava as necessidades do capitalismo que estava em plena ascensão nas metrópoles capitalistas da Europa durante o processo de *acumulação primitiva* e, por conseguinte, de formação socioeconômica da modernidade.

Na América, a força de trabalho escravizada foi inserida em situações extenuantes de trabalho e exploração na economia colonialista<sup>6</sup>, esta representando um

---

<sup>6</sup> De acordo com Bagú (2021, p. 79): “La esclavitud americana fué el más extraordinario motor que tuvo la acumulación del capital comercial europeo y éste, a su vez, la piedra fundamental sobre la cual se construyó el gigantesco capital industrial de los tiempos contemporáneos, - capital industrial que, necesitado como estuvo tempranamente de productores y consumidores libres, atacó desde el siglo 19 la institución de la esclavitud como funesta para sus propósitos. Indirectamente, pues, la esclavitud del indio

espólio não apenas de matérias-primas, mas, sobretudo, de sobretrabalho alicerçado no regime escravista, que mais tarde nutriria o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa<sup>7</sup>.

A formação social escravista, sob o colonialismo, tornava impositivo o estabelecimento de trocas mercantis. Além dos gêneros de exportação tropicais, a mercadoria mais importante, no aspecto das relações mercantis entre as metrópoles e as colônias, era a mercadoria escrava, incentivada pelo tráfico negreiro<sup>8</sup>. Trata-se, nesse caso, de um “mercado de trabalho”, uma vez que em sua particularidade de relação mercantil a mercadoria escrava é adquirida mediante o tráfico.

O processo de reprodução de um modo de produção, seja em sua maneira simples ou ampliada, implica necessariamente dois polos interdependentes: de um lado o processo de produção que objetiva as mercadorias através do processo de trabalho/valorização e, de outro, o processo de circulação, que se trata da efetivação valorativa da troca, isto é, a realização do processo de reprodução<sup>9</sup>. Na relação colonialista, é evidente que o processo de produção concentrava-se na colônia e sua efetivação, no processo de circulação, dava-se pelo monopólio comercial da metrópole. Deste modo, temos num extremo a produção mercantil escravista e noutro a troca mercantilista, ambas no elã ascendente do capital mercantil. Novais (2019, p. 49), ao analisar o colonialismo e a expansão ultramarina de Portugal e Espanha, afirma que a comercialização dos produtos orientais, o tráfico negreiro, a produção colonial do açúcar, a mineração dos metais nobres organizaram-se ao longo dos séculos XVI e XVII pelos colonizadores e nas primeiras décadas do século XVII o sistema estava

---

y el negro resultó indispensable para que, mediante un secular proceso de acumulación capitalista, pudiera la Europa occidental tener industrias modernas y Estados Unidos alcanzara en el siglo 19 su espectacular desarrollo económico”.

<sup>7</sup> O *comércio colonial* trouxe lucros aos mercadores europeus e permitiu-lhes acumular capitais monetários, adquirindo matérias-primas colônias a preços irrisórios e vendendo-as na Europa a um preço muito maior. “O comércio colonial era *monopólico*: cada governo tentava estabelecer o monopólio do comércio com suas próprias colônias, bloqueando aos navios e comerciantes estrangeiros o acesso a elas”. (RUBIN, 2014, p. 41).

<sup>8</sup>Williams (2012, p. 63) é enfático em relação ao papel do tráfico negreiro: “Os escravos negros eram ‘a força e a energia deste mundo ocidental’. A escravidão negra exigia o tráfico de escravos. Portanto, a preservação e o aperfeiçoamento do tráfico eram ‘uma questão de extrema importância para este reino e as fazendas pertencentes a ele’. E por isso ele se manteve, até 1783, como objeto central da política externa britânica [...] Mas o tráfico escravo não era apenas um meio atendendo a um fim: era também um fim em si mesmo [...] O privilégio de fornecer negros para as colônias espanholas, o chamado *asiento*, veio a ser um dos objetos mais cobiçados e renhidamente disputados na diplomacia intencional”.

<sup>9</sup> “As condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter continuamente uma parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da nova produção”. (MARX, 2017, p. 641).

praticamente constituído e o que se segue posteriormente é o seu desenvolvimento e aprofundamento.

À primeira vista aparenta ser um processo excludente de duas formas distintas presentes no processo de formação socioeconômica da modernidade. Entretanto, é preciso enfatizar que tal relação é interdependente – à própria maneira do processo de reprodução – graças ao caráter colonial em que está inserido. Somente assim é que conseguimos entender a escravidão moderna com a presença do capital mercantil. E é justamente nesse ponto que se enfatiza a presença do tráfico negreiro. O caráter espoliativo do colonialismo, colocado sob a forma da plantagem, só poderia dar prosseguimento ao seu processo de produção através da extração de sobretrabalho do trabalho escravizado. A acumulação no escravismo só consegue se materializar pelo capital mercantil através da exploração do trabalhador escravizado e, conseqüentemente, de suas condições de vida por meio do sobretrabalho<sup>10</sup>. Foi a África, fornecedora de força de trabalho escravizada, que permitiu pôr em funcionamento a produção colonial nas Américas e, por conseguinte, gerou a *acumulação primitiva de capital* na Europa (NOVAIS, 2019). Para isso, urge a necessidade da compra do negro por intermédio do tráfico mercantilista de escravos.

Nos três primeiros séculos do colonialismo, o tráfico negreiro introduziu no Brasil cerca de 3.647.000 africanos<sup>11</sup>, o que demonstra a importância da compra do escravo para a continuidade do estabelecimento colonial. Se o processo produtivo era fundamentado no regime escravista, vale salientar que, tirando o escravo, todos os participantes inseridos na reprodução – do senhor, ao mercador, o traficante e a Coroa – estavam balizados no capital mercantil, que só conseguia se realizar pelo trabalho escravo. A existência do tráfico negreiro<sup>12</sup> se torna necessária pelo próprio modo como se estabelece o processo de trabalho nos moldes escravistas.

O escravo se insere nas relações de troca mercantil como mercadoria. Com isso, suas atribuições de compra e venda se encontram no próprio caráter da mercadoria em si. Logo, o prosseguimento da compra e venda da força de trabalho escravizada é o

---

<sup>10</sup> A vida útil do escravo variava conforme a produtividade e suas condições de trabalho, bem como seu preço de aquisição. Contudo, pode-se estabelecer uma média de vida útil do escravo de 10 anos; cf. Gorender (2016a, p. 237), Moura (2014).

<sup>11</sup> Dados extraídos de Gorender (2016a, p. 351).

<sup>12</sup> A “colonização”/invasão do Novo Mundo que gerou o colonialismo não criou apenas uma nova forma de escravidão, mas, em especial, o complexo colonial que se consolidou com a escravidão africana. O tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tornou-se poderoso fator da acumulação primitiva, o que gerou vultosos excedentes por meio da comercialização do escravo e viabilizou a reprodução do estoque de cativos nas colônias. (KOWARICK, 2019, p. 28).



imperativo categórico da formação social escravista, uma vez que é ela que lança nas plantagens o sujeito subjetivo do processo de trabalho que pode dar continuidade à reprodução econômica. Contudo, a recorrência ao tráfico negreiro concebe sua lógica se colocada nos circuitos da exploração mercantil no nexu colonial.

Enquanto os vínculos entre metrópole e colônia estão concretizados, o desdobramento da escravatura no regime colonial não encontra grandes dificuldades para sua reprodução enquanto formação socioeconômica dominante. Com a abertura dos portos, e o processo de independência política, o mantimento do escravismo se depara com certas limitações. Isso se dá especialmente com as relações comerciais entre Brasil e Inglaterra, esta última em pleno vigor de sua Revolução Industrial, transacionando à forma plena e subsumida do modo de produção capitalista. Nesse limiar é que o escravismo moderno consegue coexistir e oferecer importante apoio ao desenvolvimento capitalista, inserindo-se nos circuitos do mercado mundial. Nesse ponto, Marx (2013, p. 223) alertava que “o comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital”.

A formação socioeconômica escravista presente na sociedade luso-brasileira em seu contato com o mercado mundial se põe como o palco para a *acumulação primitiva de capital*. A partir desse momento, toda a forma de desenvolvimento do escravismo, em contato com o modo de produção capitalista transforma-se num processo de derrocada autofágica. As situações procedentes se tornam uma disputa de interesse conflitivos externa e internamente. Esse conflito já habita na própria forma como se realiza o capital mercantil frente ao capital industrial para os estratos senhoriais da sociedade brasileira. Pois, frente ao “mercado de trabalho” de cariz escravocrata não há possibilidade de efetivação do capital industrial internamente, apenas é possível efetivar as mercadorias na sua forma elementar mercantil. Assim, ainda fixado no capital mercantil em decorrência do escravismo, o caráter econômico é colonial, mesmo que a emancipação política das colônias latino-americanas tenha ocorrido no início do século XIX. E a determinação econômica ainda perfaz a característica colonialista precisamente pela inserção do país no mercado mundial através do trabalho escravizado, nesse caso em especial o Brasil.

Sabemos que não existe uma relação mecânica e unívoca entre economia, política, ideologia e cultura, muito menos quando tratamos da vida social e das mais diversas formas de “desigualdades sociais” oriundas da sociedade de classes. Por isso, quando afirmamos que a herança colonial oferece a raiz da formação socioeconômica da

América Latina e, em especial do Brasil, colocamos em evidência a particularidade da integração do Brasil na divisão internacional do trabalho, como também das mais diversas expressões de riqueza e miséria. No Brasil, a herança de mais de três séculos de trabalho escravo gerou uma sociedade com intensas e explosivas contradições históricas. Gorender (2016, p. 221) afirma com precisão que o racismo no Brasil tem suas raízes fincadas na exploração dos escravos na era colonial. Para ele o racismo é um marco histórico que domina o país. O racismo é um dos valores do passado escravista e colonial que se conserva e produziu uma espécie de “sociedade burguesa incompleta”. Moura (1994, p. 2), ao analisar o racismo integrado a luta de classes, enfatiza que o racismo tem, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico entre os “colonizadores” e os “colonizados”. Para ele:

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”. Ordenado o colonialismo através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas regiões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham as multidões de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram, estruturaram e dinamizaram. (MOURA, 1994, p. 2 - 4).

No Brasil e na América Latina, guardadas as devidas particularidades, a “questão social e étnico-racial” foi alimentada pela herança colonial e escravista da formação socioeconômica dos séculos de constituição da modernidade capitalista, da *acumulação primitiva de capital*. A revolução burguesa e a democracia vivida na América do Sul, em especial no Brasil, infelizmente, não aniquilaram as desigualdades oriundas dos séculos de expropriações econômicas e culturais.

### **Esboço de leitura de pensadores latino-americanos**

A referência ao universo teórico-categorial de obras que investigaram a particularidade latino-americana e sua inserção na modernidade capitalista nos proporciona caminhos para compreensão de como essas sociedades e suas localidades inseriram-se nas riquezas e misérias produzidas pela Europa e Américas ao longo dos séculos XVI e XIX. Para isso, a revisão dos autores destacamos abaixo apresenta-se como uma razão ontológica e histórica necessária diante dos dilemas da subalternidade cultural e econômica.

José Carlos Mariátegui (1894 – 1930). Obra: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (1928). O autor apresenta análises da relação entre povos originários e terra. A abordagem do autor consiste em investigar a questão indígena na relação com o problema da terra na América Latina. Para o autor, a questão indígena não pode encontrar solução em uma fórmula simplesmente humanitária, pois não é problema administrativo, jurídico, étnico, moral, educacional, eclesiástico, que possa ser resolvido com bases nessas iniciativas, mas uma questão socioeconômica e territorial. A solução para o problema indígena deve ser uma solução econômica e social. Reivindicar o direito do indígena à educação e cultura é importante, mas insuficiente. A principal problemática apontada pelo autor e que exploramos em nossos estudos é o direito do indígena ao acesso a terra. Para isso, torna-se necessário a crítica a assimilação da cultura ocidental e a incorporação dialeticamente dos elementos históricos que permitem a compreensão dos povos originários latino-americanos, principalmente a necessidade de apropriar-se da história e da cultura dos povos originários e sua relação milenar com a terra.

Sergio Bagú (1911 – 2002). Obra: *Economía de la sociedad colonial* (1949). Destacamos sua interpretação da conquista/invasão do continente americano a partir do enfoque da formação e desenvolvimento da modernidade capitalista, em especial o tráfico negreiro e a crítica as teorias raciais que objetivam justificar a escravização dos povos africanos. Bagú questiona a história e as interpretações do passado colonial da América Latina produzida pelo pensamento europeu. De acordo com sua concepção, as colônias espanholas e portuguesas constituíam um capitalismo colonial e a escravidão é uma instituição capitalista que foi fundamental para a formação socioeconômica da modernidade. Ele analisou singularmente o papel do colonialismo e do tráfico de escravos na acumulação primitiva de capital.

Eric Williams (1911 – 1981). Obra: *Capitalismo e escravidão* (1944). Do autor, destacam-se as explicações sobre a origem da escravidão negra, a importância do desenvolvimento do tráfico de escravos para a formação do capitalismo moderno, em especial a análise de o comércio triangular. De acordo com o próprio autor, a obra é uma tentativa de colocar na perspectiva histórica a relação entre a formação do capitalismo, exemplificado pela Grã-Bretanha, e o tráfico de escravos durante o comércio colonial nos séculos XVII e XVIII. É um estudo econômico do papel da escravidão negra e do tráfico de escravos na constituição do capital que financiou a Revolução industrial. É simultaneamente um estudo da história da economia inglesa e da história das Índias Ocidentais e dos negros escravizados. É uma análise da contribuição da escravatura para o desenvolvimento do capitalismo britânico (WILLIAMS, 2012, p. 25), que tanto precisa ser interpretada e denunciada.

Augustin Cueva (1937 – 1932). Obra: *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina* (1977). O autor analisa o processo de acumulação primitiva e sua caracterização estrutural na formação socioeconômica da América Latina, como esse processo produziu a acumulação de riqueza na Europa e a expropriação de riqueza na América Latina. Destaca-se

também sua contribuição sobre o caráter oligárquico dependente do capitalismo latino-americano e sua vinculação com a fase imperialista.

Fernando Novaes (1933). Obra: *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1979). O autor contribui singularmente para a compreensão da formação socioeconômica do Brasil e da América Latina por centrar sua investigação na crise do antigo regime feudal europeu, na política mercantilista, no sistema colonial como elementos da mesma estrutura global que forma a modernidade socioeconômica. Dessa obra, realçamos os estudos sobre o sistema colonial, a relação mercantil entre as colônias e a metrópoles, o exclusivo metropolitano, e a conseqüente crise do colonialismo mercantilista, em especial as análises sobre a relação entre Brasil e Portugal.

Jacob Gorender (1923-2013). Gorender produziu uma obra ainda pouco estudada na universidade latino-americana e europeia, o seu livro mais conhecido e de ampla pesquisa é *O escravismo colonial* (1978), nele o autor apresentou de forma inovadora a análise da formação socioeconômica brasileira entre os anos de 1530 a 1888 na caracterização do escravismo colonial como novo modo de produção. Outra obra desse autor e de suma importância é *A escravidão reabilitada* (1996) em que é investigada uma questão essencial da história do Brasil: a abolição e seus significados. Para o autor, o abolicionismo realizou o papel da “revolução burguesa no Brasil” e abriu o possível caminho da modernidade capitalista na formação socioeconômica brasileira.

Clóvis Moura (1925-2003). Obra: *Dialética radical do Brasil negro* (1994). Clóvis Moura produziu importante obra sobre a formação socioeconômica do Brasil tendo como enlace principal o escravismo e a questão étnico-racial. Deste autor, dentre inúmeras contribuições, destaca-se as análises sobre o escravismo pleno e o escravismo tardio.

Darcy Ribeiro (1922 – 1997). Obra: *As Américas e a civilização* (1968). Darcy Ribeiro, na nossa concepção, apresenta um pensamento original, de síntese e enciclopédico sobre a formação dos povos das Américas. Destaca-se as abordagens sobre os povos testemunhos, os povos novos e os povos transplantados que formaram as Américas entre os séculos XVI e XX. As categorizações sobre modernização reflexa e sistema de fazendas, que consolidaram os latifúndios e o acesso a terra nas Américas, na constituição da modernidade socioeconômica, produziu o desenvolvimento desigual que deságua no imperialismo e na dependência do século XX.

Compreendemos que ao investigarmos as contribuições teórico-categoriais desses autores latino-americanos nos proporcionará condições de construirmos inicialmente mapa categorial e conceitual sobre a formação socioeconômica do Brasil e da América Latina, em especial pela análise de autores ainda pouco estudados nas universidades europeias e mesmo latino-americanas. Esses pensadores podem contribuir para o início de análises históricas do racismo, da dependência tecnológica e econômica e outras temáticas de pesquisas relacionados

aos longos séculos de colonialismo econômico e cultural que incluiu a América Latina na modernidade capitalista. E uma das principais preocupações que devemos ter ao produzir conhecimento na atual quadra histórica é o reconhecimento, preservação e divulgação do patrimônio cultural de pensadores latino-americanos, que ainda são secundarizadas nas ciências sociais ocidentais no que diz respeito aos estudos sobre a formação socioeconômica da modernidade e, por conseguinte, contribuímos para construção de uma genuína *história global dos povos*.

### **Considerações finais**

Pela limitação e recortes necessários a este artigo optamos por reivindicar os autores citados, mas evidentemente reconhecemos que o pensamento latino-americano compõe ampla cultura científica que ainda está para ser descoberta pelo pensamento ocidental.

A principal contribuição de uma nação, região e seus pesquisadores é interpretar, compreender e agir na história para os devidos protagonismos e trocas igualitárias, seja no âmbito econômico e/ou cultural de suas localidades. Estudos sistemáticos sobre a formação socioeconômica do Brasil e da América Latina foram produzidos em todas as áreas do conhecimento das ciências sociais e humanas, mas a divulgação e leitura por estudantes e professores das universidades europeias, latino-americanas, africanas e até mesmo brasileiras ainda estão em andamento e por serem realizadas.

A relevância *deste esboço* é a sistematização de estudos sobre a história da formação socioeconômica do Brasil e das Américas a partir de pensadores que partem do sul para compreender a modernidade capitalista que se torna única, global e desigual. Atualmente, os países das Américas, considerando sua diversidade regional, cultural e econômica, apresentam índices de desenvolvimento socioeconômico que sempre colocam em alerta os gestores e as suas políticas públicas. Nesse caso, as cartilhas e orientações de organismos internacionais entram em cena e determinam as regras das reformas e ajustes fiscais, mas em sua maioria são orientações que violam a história dos verdadeiros interessados. O primeiro passo para o enfrentamento de visões colonizadoras é entender o passado colonizador que recaiu sobre as Américas a partir do século XVI, para isso se torna impenitente a crítica da assimilação da cultura ocidental europeia de maneira unilateral. A universidade brasileira e latino-americana, bem como seus pesquisadores, devem exportar conhecimentos que incorporem dialeticamente os elementos históricos pensados pelo sul e, por conseguinte, possibilitar uma visão global de ciência social que leve em consideração as particularidades regionais. Assim, a médio e longo prazo, o diagnóstico dos problemas econômicos, sociais e culturais que recaem sobre as Américas poderá ser dialogado com a comunidade científica mundial nas mais diversas áreas do conhecimento e, portanto, as trocas de saberes serão possíveis, mas para isso a história

produzida ao longo dos séculos XVI e XIX precisa de constantes revisões, estudos e divulgações, sempre priorizando a troca de saberes e interpretações de mão dupla.

As respostas para o desenvolvimento econômico e social de cada país dependem de análises precisas e estas necessitam ainda mais de cuidadosos estudos dos principais problemas econômicos e sociais produzidos e/ou herdados dos países e regiões ao longo de sua história de formação socioeconômica.

Nossa proposta de agenda de pesquisa, ao abordar a formação socioeconômica latino-americana, por meio dos autores regionais, e colocar em evidência na análise temas como os povos originários e terra, o tráfico negreiro e escravidão, o sistema colonial e a modernidade capitalista proporciona compreender as questões histórico-estruturais que foram produzidas nas Américas que, com suas particulares contradições e reservadas às devidas proporções locais, colocam o desafio do desenvolvimento econômico regional soberano em consonância e contradição com as principais potências mundiais.

Como pensar políticas públicas em países onde o escravismo, seja inicialmente indígena e posteriormente africano, esteve presente por mais de três séculos? Como combater o racismo e produzir conhecimento crítico sem abordar o tráfico negreiro como instituição colonial de formação da modernidade capitalista? Como combater a desigualdade de classe, gênero e étnico-racial sem estudar o extermínio dos povos locais durante a colonização? Como combater o subdesenvolvimento sem uma política econômica e cultural soberana? O primeiro passo para essas questões, a médio e longo prazo, é *(re)descobrir* as elaborações teóricas críticas latino-americanas e tirá-las do isolamento epistemológico e acadêmico.

A realidade sócio-histórica onde localizamos o Brasil é determinada pela síntese de complexos que constituíram a particularidade da modernidade capitalista na América Latina. Nesta esfera do globo, os ritmos e padrões externos historicamente construídos foram determinantes para definição de suas políticas econômicas, sociais e culturais. Inicialmente, a intensa extração de riquezas naturais foi essencial para auxiliar o desenvolvimento industrial dos países centrais. As análises de José Carlos Mariátegui, Sérgio Bagú, Fernando Novais, Eric Willians, Agustin Cueva, Jacob Gorender, Darcy Ribeiro e Clóvis Moura oferecem elementos para compreensão do modo como a América Latina inseriu-se na economia mundial desde o seu “descobrimento”. Na coexistência, de colonizadores e colonizados, de países imperialistas e dependentes, sabemos que o desenvolvimento social é permeado pelos conflitos sociais e relações de poder. As mistificações que justificam as políticas econômicas e sociais enquanto dádivas do Estado servem para ocultar a contradição central que é o processo de produção de mais-valor mediante a exploração da força de trabalho e, por conseguinte, apropriação do trabalho excedente dos assalariados nas mais diferentes regiões do planeta. Como também, a análise que desconsidera a constituição sócio-histórica dos direitos humanos em suas particularidades socioeconômicas tende a “naturalizar” a realidade, principalmente quando

pretende compreender as diferentes maneiras de inserções dos países na modernidade capitalista. A visão gradualista dos processos sociais dos países centrais (ou “desenvolvidos”) que apostavam no conseqüente crescimento homogêneo dos países periféricos (ou “subdesenvolvidos” – ex-colônias) não convém mais para explicar o mundo e subsidiar as elaborações de políticas públicas. Aquele ideal da “periferia” almejar o crescimento econômico e as condições de seguridade social e econômica, que foram vigentes em determinados países “desenvolvidos” na “fase de ouro” do capitalismo, o chamado “Estado de bem estar social”, tornou-se vetustez e a-histórico. Isso não se processará na América Latina e não convém mais como horizonte das nossas políticas econômicas e sociais. E, ainda mais, comprova as teses eurocêntricas que poucos esforços realizam para apreender a particularidade brasileira e latino-americana.

*O neocolonialismo e o imperialismo* denunciados por Lênin (1979) e Rosa Luxemburgo (1985) na transição do século XIX ao XX estão presentes em suas especificidades históricas hodiernas e com suas potências para salvar os monopólios e as grandes corporações internacionais que transcendem as fronteiras regionais. Portanto, compreendemos que se torna oportuno abordar por meio da investigação científica as relações de dominação entre os povos, as nações e os indivíduos, bem como as subalternidades produzidas culturalmente pela própria produção de conhecimentos ao estudar a história socioeconômica da América e da Europa entre os séculos XVI-XIX. Esse procedimento é um passo seguro para pensarmos as nações da América Latina e elaborarmos projetos de desenvolvimento econômico e social com soberania e protagonismo regionais e locais, com reconhecimento das temáticas históricas que foram produzidas ao longo da história e que ainda hoje estão presentes nas desigualdades econômicas, étnico-raciais, sociais e regionais. Por fim, essa será uma das principais tarefas do pensamento crítico nas próximas décadas para assegurar a tradição cultural que se orienta por uma genuína emancipação humana.

## **Referências**

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAGÚ, S. *Economía de la sociedad colonial*. Disponível em: <http://elsudamericano.wordpress.com>. Acesso em 10 de fev. de 2021.

CUEVA, A. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016a.

- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LARA, R. *História e práxis social: introdução aos complexos categoriais do ser social*. Bauru: Canal 6, 2017.
- LARA, R.; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço social. In: SOUZA, E. A.; SILVA, M. L. O. *Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital*. São Paulo: Cortez, 2019.
- LENIN, W. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*, Livro I, O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*, Livro II, O Processo de Circulação do Capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.
- MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, C. *O racismo como arma ideológica de dominação*. Disponível em <<http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial>>. Acesso em: março de 2019.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora, 2019.
- QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires : CLACSO, 2014.
- RUBIN, I. I. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- DARCY, R. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paul: Global, 2021.
- DARCY, R. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.
- WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.